

INCLUSÃO DE ALUNOS SURDOS NA ESCOLA REGULAR: ASPECTOS LINGUISTICOS E PEDAGÓGICOS

Ana Quelle Silva Mendes¹
Fernanda Figueredo²
Dr. Antônio Carlos Ribeiro³

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar como se dá o processo de inserção do aluno surdo nas classes regulares. Utilizamos como pressupostos metodológicos a pesquisa qualitativa e como instrumentos de coleta de dados foram utilizados a entrevista semi-estruturada e observação participada. A partir das informações coletadas, constatou-se que além do sistema de ensino regular não esta preparado para receber e lidar com os alunos surdos ainda há a falta de preparo e compromisso dos professores com as questões inclusivas e como conseqüência, não desenvolvem práticas e estratégias pedagógicas que atendam às necessidades educacionais desses alunos.

Palavras chave: Inclusão. Surdos. Escola. Regular. Lingüísticos. Pedagógicos

ABSTRACT

This work aims to analyze how is the process of integration of deaf students in mainstream classes. We use as methodological assumptions qualitative research and how data collection instruments were used semi-structured interviews and participant observation. From the information collected, it was found that in addition to the regular education system is not prepared to receive and deal with deaf students there is still a lack of preparation and commitment of teachers with inclusive issues and as a result, do not develop practices and strategies teaching that meet the educational needs of these students.

Kay words: Inclusion. Deaf. School. Regular. Linguistic. pedagogical

1 INTRODUÇÃO

A inclusão não pode ser concebida como mera inserção, alocação, integração do aluno surdo no espaço escolar, mas como aquela que atente à diversidade e contemple conhecimentos sobre as especificidades de todos os alunos e pensando nesta perspectiva, surgiu o interesse pelo tema. E o objetivo geral da pesquisa é ressaltar a importância de discutir a respeito da inclusão do surdo nas classes regulares bem como seus aspectos lingüísticos e pedagógicos e como objetivos específicos observar como ocorre a comunicação do surdo na escola, investigar como se dá o processo de interlocução entre os alunos surdos e os funcionários, analisar como funcionam as adaptações curriculares voltada para a questão

¹Ana Quelle Silva Mendes (Graduada em Gestão Financeira) e-mail: quellemendes@hotmail.com

²Fernanda Figueredo (Graduada em Pedagogia) e-mail: nanda.mauricio@hotmail.com

³ Prof. Orientador da Faculdade Visconde de Cairu

lingüística e pedagógica do aluno surdo bem como conhecer como ocorre a relação professor-aluno.

O convívio na sociedade entre as pessoas com necessidades especiais e as pessoas ditas “normais” de fato é questionável, pois vivemos complexidades de comportamentos, atitudes e valores que nos diferenciam daí a relevância desta pesquisa para sociedade. Dessa forma, o interesse em desenvolver esta pesquisa se deu a partir de algumas questões que nos inquietam a respeito da educação de surdos, além de possibilitar outras perspectivas desta temática no campo educacional bem como colaborar socialmente para discussões da problemática educacional e social dos sujeitos surdos.

A priori a pesquisa não teve a intenção de esgotar a temática aqui proposta, todavia busca explicitar algumas questões, discutir e refletir acerca de desdobramentos implicados no processo de inclusão do sujeito surdo em escolas regulares.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, teve como técnica para coleta de dados entrevista semiestruturada e observação participativa aberta, pois, são importantes fontes de informações na pesquisa qualitativa.

E para fundamentar o trabalho foi necessário recorrer aos pressupostos teóricos de Edler Carvalho, David Rodrigues, Paulo Freire, Catarina Kojima, Teresa Cristina Rego e Cristina B. Feitoria Lacerda.

2 RETROSPECTICA DA EDUCAÇÃO DE SURDOS

As pessoas com surdez ao longo do tempo enfrentam inúmeras entraves para atuar na educação escolar. Estudos realizados na última década do século XX e início do século XXI, por vários pesquisadores oferecem contribuições à educação de alunos com surdez na escola regular, ressaltando a valorização das diferenças no convívio social e o reconhecimento do potencial de cada ser.

Poker (2001) ressalta que as trocas simbólicas provam a capacidade representativa desses alunos, favorecendo o desenvolvimento do pensamento e do conhecimento em ambientes heterogêneos de aprendizagem.

Ao longo de sua história, o homem, só se definiu como ser social, a partir do momento que estabeleceu vínculos de relação, através da linguagem. Porém existem posições contrárias a inclusão ainda nos dias atuais. É um percurso de polêmicas, discussões, pesquisas, descobertas e conquistas na educação de alunos surdos através da língua de sinais e nas escolas regulares, é um desafio que vem quebrando paradigmas ao longo do tempo.

A retrospectiva histórica tem como objetivo registrar os acontecimentos históricos na evolução da comunicação dos surdos. É observável que muitos tiveram uma participação incrível na história dos surdos, muitos países tiveram muita influência para o crescimento da Língua de Sinais, outros infelizmente não aceitavam essa modalidade linguística, curiosos e pessoas com a deficiência auditiva também colaboraram e somaram trazendo suas contribuições.

Charles-Michel de l'Épée, (Versalhes, 25 de Novembro de 1712, em Versailles — Paris, 23 de Dezembro de 1789) foi um educador filantrópico francês do século XVIII, que ficou conhecido como "*Pai dos surdos*". Chaeles Michel baseou seus estudos na vida de surdos. Em uma de seus trabalhos escreveu sobre o percurso histórico da educação dos surdos. Em suas pesquisas ele exorta que: desde a idade média quando no Egito, os surdos eram adorados como se fossem deuses, eram considerados mediadores entre os deuses e os faraós, sendo temidos pelo povo. Na Lei Hebraica, aparecem referências aos surdos. Na China eram lançados ao mar, os Gauleses sacrificavam-nos aos deuses Tentates. Já na Grécia eram considerados incapazes e em Esparta, lançados aos rochedos.

Aristóteles ensinava que os surdos, por não possuírem linguagem, não eram capazes de raciocinar. Devido a esta crença os surdos na Grécia não tinham direitos. No entanto, em 360 a. c, Sócrates, declarou que era aceitável que os surdos comunicassem com as mãos e corpo.

Influenciados pelos gregos, os romanos também sacrificavam as crianças surdas, como também deixavam a margem da sociedade.

Ao longo da história surgiu o catolicismo e a igreja Católica, que acreditava que os surdos não possuíam a alma imortal, pois não realizavam os sacramentos. Santo Agostinho defendia a ideia de que os pais de filhos surdos eram castigados por algum pecado cometido.

Segundo, Oliveira (2010), na idade moderna surge uma nova perspectiva, foi nessa época que se descobriu que os surdos não eram mudos necessariamente.

Pedro Pance de Leon (século XVI) inicia a educação dos surdos através da criação do alfabeto manual, Chaeles Michel L` Epée, é considerado o criador da linguagem gestual, embora a história não valide este fato: suas principais contribuições com relação ao surdo foram: a criação da 1º escola de surdo do mundo, em Paris, Instituto Nacional de Surdos-Mudos: reconhecimento do surdo como ser humano; adoção do método de educação coletiva; reconhecimento de que ensinar o surdo a falar não era tão significativo quanto ensinar-lhes a linguagem gestual.

Nessa mesma época houve duas tendências distintas na educação do surdo: o gestualismo e o oralismo. Porém, apenas os surdos defendiam o método francês (gestual), já os ouvintes apoiavam o método alemão (oral) nos EUA, faziam campanha a favor deste método inclusive os professores e médicos.

Maria Salomé soares Dallon em sua dissertação para o mestrado em um programa de Pós- Graduação na Universidade São Francisco em Itatiba 2012, orientada por Márcia Aparecida Amador Mascia, fez uma releitura histórica sobre os estudos surdos quanto ao processo de inclusão escolar do surdo no

Brasil, a Declaração de Salamanca e suas conseqüências. Em sua pesquisa relatou que, o Congresso de Milão em 1980, foi um período difícil para a comunidade surda, pois foi decidido por um grupo de ouvintes a exclusão da língua gestual usada pelos surdos substituindo-a pelo oralismo, a preferida durante os fins do século XIX e grande parte do século XX, cujo principal objetivo era transformar o surdo num sujeito capaz de falar e até mesmo escutar.

Durante o século XX com o avanço das tecnologias e ciências a surdez é encarada como algo que pode ser corrigido. Na antiguidade, os aparelhos usados eram cornetas ou tubos acústicos. Em 1948 surgem os aparelhos com pilhas. Em 1953 passa a ser usado o transistor em prótese. Em 1970 aparecem as primeiras tentativas de implantação coclear.

No Brasil, a história dos surdos começa em 26 de setembro de 1857, durante o Império de D. Pedro II quando foi fundado o Império Instituto de Surdos Mudos por um professor francês chamado HarnestHuet que também era surdo. Este instituto era considerado um asilo só para homens que vinha de todo o país muitos

abandonados pelas famílias, e que em 6 de junho de 1957 passou a denominar-se Instituto de Educação de Surdos. Por decreto Imperial, Lei nº 3.198, nessa época proibiram a língua de sinais nas salas de aula, mas ainda assim os alunos faziam isso nos pátios e corredores da escola. A partir daí começa as varias tentativas de um modelo de comunicação.

Em 1960 Willian Stokoe publicou “Liguagem Structure” afirmando que ASL é uma língua com todas as características da língua oral. Essa publicação foi uma semente de todas as pesquisas que floresceram em Estados Unidos e na Europa. Em 1961 Jorge Sergio L. Guimarães, brasileiro e surdo, publicou no Rio de Janeiro o livro “Até onde vai o Surdo”, que narra suas experiências de pessoa surda em forma de crônica.

Já em 1969 a universidade Gallaudet adotou a Comunicação total que foi desenvolvida após o fracasso do oral ismo, a comunicação total consiste no uso simultâneo de palavras e sinais, ou seja, no uso de uma língua oral e sinalizada. Nessa época um padre americano chamado Eugênio Oates publicou no Brasil “Língua das Mãos”, que contem 1258 sinais fotografados.

Logo em seguida em 1977 foi criada a FENEIDA (Federação Nacional de Educação e Integração dos Deficientes Auditivos) que era composta apenas por ouvintes envolvidos com a questão da surdez.

Em 1984 foi fundada a CBDS (Confederação Brasileira de Desportos de Surdos) em São Paulo- Brasil. Logo, em 1987 fundou a FENEIS (Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos), no Rio de Janeiro, essa foi a reestruturação da antiga e ex – FENEIDA.

Em 2002 aconteceu a formação de Agentes Multiplicadores Libras em Contexto em MEC/ Fereis. Em seguida no ano de 2006 iniciou Letras/Libras com 9 pólos.

Com a Lei nº 436, de 24/04/2002 e a Lei nº 10.098, de 19/12/2002. No Art 4º da legislação de Libras, onde cita que, o sistema Educacional Federal e os sistemas Educacionais Estaduais e Municipais e do Distrito Federal devem garantir a inclusão nos cursos de formação de Educação Especial de Fonoaudiologia e de Magistério o ensino da Língua Brasileira de Sinais, como parte integrante dos Parâmetros Curriculares Nacionais PCNS, conforme legislação vigente como garantia de inserir Libras no currículo escolar, bem como possibilitar uma melhor interação entre

professores e alunos. Ainda neste contexto de inclusão o MEC (Ministério da Educação e Cultura) em 2006 estabeleceu que não houvesse mais escolas especiais.

Ao longo desses anos a educação para Surdos teve muitos avanços, mas ainda é necessária a quebra de alguns paradigmas existentes nessa questão.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Do ponto de vista da legislação, o Brasil vem ao longo dos anos implementando leis que de alguma forma tornam a educação um direito de todos e, principalmente, contemplem uma educação de qualidade. Nesse sentido consta, na LDB (Leis de Diretrizes e Bases da Educação) Lei 9.394/96 especialmente o capítulo III, Art. 205 que “A educação, direito de todos e dever do estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

No Brasil a inclusão de pessoas com necessidades especiais é um grande desafio que a educação enfrenta. Em 2006 o MEC (Ministério da Educação), estabeleceu que não houvesse mais escolas especiais. Com base na LDB, Lei 9.394/96 capítulo V da Educação Especial, consta que, Entende-se por Educação Especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente nas redes regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais. Segundo o IBGE/2000 (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas) 14,5% da população brasileira é portadora de alguma deficiência, 22,537,000 no Brasil e 2 milhões só na Bahia. Por tanto pessoas com necessidades especiais não é minoria e esse é um paradigma que deve ser quebrado.

Levando em consideração que qualquer projeto que venha ser feito deva ser pensado nas pessoas com necessidades especiais. Então os governos nos seus projetos políticos criaram o acesso nas escolas e deixaram de levar em consideração acessibilidade que consiste em dispor de profissionais capacitados para lidar com determinadas especialidades. Por que uma escola com sua estrutura física adequada, é importante, mas não é o suficiente, tem que haver também a acessibilidade. Como afirma Correia (1997, p.34) a seguir, “Devemos acreditar na

salvaguarda, que é nossos direitos, que pode ser posto em causa, caso não se respeitem às características individuais e as necessidades de cada um”.

Antes de se questionar uma estrutura educacional de qualidade para os alunos surdos, se faz necessário refletirmos a cerca do uso de sua língua, Libras (Língua Brasileira de Sinais) e seus desdobramentos. Segundo Lei Federal Nº. 10.436, de 24 de abril de 2002 Art. 1º, a Libras é reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais-Libras e outros recursos de expressão a ela associados. Daí foi garantido ao surdo o pleno desenvolvimento da comunicação e suas relações sociais e interpessoais. Vygotsky (1989) salienta que, “A linguagem tem como primeira função tanto para o adulto como para a criança, a comunicação, o contato social e a influência sobre os indivíduos que estão ao seu redor”. Assim supõe-se a necessidade da relação entre a comunicação e a linguagem entre os indivíduos para que haja desenvolvimento social e cognitivo.

A Língua de Sinais é a língua natural da comunidade surda, com regras morfológicas, sintáticas, semânticas e pragmáticas próprias, possibilita o desenvolvimento cognitivo da pessoa surda. A Língua de Sinais são sistemas de comunicação desenvolvida pela comunidade surda, constituindo-se em línguas completas com estruturas independentes das línguas orais. Os sinais são formados a partir de parâmetros como a combinação do desenvolvimento das mãos com determinado formato num determinado lugar, podendo este lugar ser uma parte do corpo. Na combinação desses parâmetros obtém-se o sinal.

Outro aspecto específico da inclusão do surdo em escolas regulares que deve ser considerado é a formação do professor, que como consta no Decreto Nº. 5.626/05, os cursos de formação de professores (pedagogia, letras e licenciatura), devem inserir em sua matriz curricular uma disciplina específica de Libras, na perspectiva de divulgar a língua e capacitar professores no uso dessa língua também com finalidades educacionais. Desse modo, os professores terão uma formação voltada para as necessidades educativas especiais bem como possibilitar uma melhor interação entre professor e aluno garantindo assim a igualdades de direitos para todos os alunos.

Ainda no Decreto Nº. 5.626/05 afirma que, O direito das pessoas surdas ao acesso às informações através da Libras, do direito dessa comunidade a uma educação bilíngüe, da formação de professores de Libras e de interpretes de Libras

entre outras providencias. É evidente que a atuação do interprete é imprescindível no processo de inclusão do surdo nas escolas regulares, já que tem direito a uma educação bilíngüe.

O processo de inclusão requer práticas educativas que apontam para qualidade das relações estabelecidas no espaço escolar, o domínio e o uso da Língua de Sinais pelos professores e interprete é condição necessária, porém não suficiente para que a inclusão seja bem sucedida.

Para Freire, (1987, p.34), “uma práxis educativa centrada nos valores e consciência, será capaz de libertar o homem de toda situação de opressão” e neste caso se tratando da inclusão podemos aproveitar essa fala de Freire e pensar no papel do corpo docente na luta pela inclusão; tendo consciência de que somos iguais perante deveres e direitos, propondo intervenções práticas no ambiente escolar de forma transformadora, considerando a todo instante a realidade peculiar de cada aluno. Dessa forma vale salientar que investir na formação de professores é a melhor forma de contribuir para o favorecimento do surdo na sociedade.

4 METODOLOGIA

A coleta de dados deste projeto será mediante pesquisa qualitativa, que para LUDK, ANDRÉ()

Tem o ambiente natural como sua fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal instrumento [...] a pesquisa qualitativa supõe o contato direto e prolongado do pesquisador como ambiente e a situação que esta sendo investigada, via de regra através do trabalho intensivo de campo. Os dados são predominantes descritivos, a preocupação com o processo é muito maior do que com o produto.

O instrumento será entrevista semiestruturada, como técnica para coleta de dados, pois se trata de um instrumento que permite maior flexibilidade para obter informações capazes de enriquecer a temática abordada e observação participativa aberta, pois segundo VIANNA (pág. 12) “É uma das mais importantes fontes de informações em pesquisas qualitativa em educação”.

O local da pesquisa será em uma escola estadual, localizada no bairro da Ribeira, que atende a alunos surdos em classes especiais e regulares, porém os sujeitos da pesquisa a serem observados serão alunos do ensino médio e professores. E como sujeitos da entrevista será a coordenação pedagógica, professora, intérprete, porteiro e merendeira.

As entrevistas foram realizadas dentro da escola e tiveram duração média de trinta minutos, foram gravadas em áudio, com a utilização de celular e posteriormente transcritas.

4.1 COLETA DE DADOS

A pesquisa aqui apresentada foi desenvolvida em uma escola pública no bairro da Ribeira, que atende aos seguintes níveis de ensino: Fundamental II, Ensino Médio e Educação Especial. Os procedimentos metodológicos variaram como entrevista semi estruturada, observação participante e pesquisa bibliográfica. A ênfase foi dada às situações pertinentes aos aspectos lingüísticos e pedagógicos no que diz respeito aos sujeitos surdos nas classes regulares.

Os sujeitos desta pesquisa consistem em: uma professora, uma merendeira, um porteiro e uma coordenadora. Os sujeitos da pesquisa receberam nomes fictícios, a professora de Maria, a merendeira de Joana, o porteiro de Otavio, o intérprete de João e a coordenadora de Jaqueline.

O exercício de transcrição integral das entrevistas foi de fundamental importância para o processo de análise dos dados, pois nos permitiu perceber as variadas entonações, volume de vozes, emoção, expressão facial, bem como lembrar os gestos durante o processo. O que nos possibilitou enriquecer ainda mais as informações acerca da inclusão dos surdos nas classes regulares e seus aspectos lingüísticos e pedagógicos. Segundo Szymanski, Almeida e Prandini(2002,p.65),

O processo de transcrição de entrevista é também um momento de análise, quando realizado pelo próprio pesquisador. Ao transcrever, revive-se a cena da entrevista e aspectos da interação são lembrados. Cada encontro com a fala do entrevistador é um novo momento de reviver e refletir.

Diante da necessidade de observar como se dá a inserção dos surdos nas classes regulares, as pesquisadoras foram a campo investigar, a fim de atingir o objetivo proposto na pesquisa.

4.2 ANÁLISE DOS RESULTADOS

De acordo com a Constituição Federal de 1988(CF 88, Art. 205, inc III), está evidenciado que o estado deve garantir atendimento educacional especializado

aqueles que apresentarem necessidades educacionais especiais, preferencialmente na rede regular de ensino, a partir daí constatamos que a escola observada esta dentro dos parâmetros que diz a lei, pois atende alunos surdos em classes regulares, oferece atendimento em sala multifuncional dirigida por uma pedagoga, especializada para o trabalho de educação especial, possuem dois intérpretes, dois professores de Língua Portuguesa bilíngües.

Aqui no Brasil o aprendizado da Língua Portuguesa para os surdos deve se dar como uma segunda língua L2 (Língua Portuguesa), na sua forma escrita. E isto esta sendo garantido através da Lei nº. 10436/2002 que reconhece a Libras como uma língua, meio legal de comunicação e expressão em que o sistema lingüístico de natureza visual motora, com estrutura gramatical própria. Ainda na referida lei, em seu art.14, inc.II isto tudo vem sendo amparado quando afirma que a escola deve ofertar, obrigatoriamente, desde a Educação Infantil, o ensino da Libras e também da Língua Portuguesa, como segunda língua para alunos surdos; a partir daí ficou evidenciado no relato da coordenadora...

Eu sou Pedagoga especializada no trabalho de Educação Especial, além de trazer a L2 (Língua Portuguesa), a princípio trabalho com a L1 (Libras) para aqueles alunos que ainda não sabem, já os professoras de Língua Portuguesa vão trabalhar exclusivamente a L2 aproximando ao maximo da L1. (Jaqueline)

Esse relato vem mostrar que há diálogo entre o que dizem as leis e o fazer pedagógico desta instituição, pois as adaptações curriculares estão coerentes para o desenvolvimento do ser humano, como afirma Vygotsky (2003, p.63), "... a linguagem representa um marco no desenvolvimento do homem". Daí percebe-se a importância da linguagem para o desenvolvimento das funções psíquicas humanas, enfim é através da linguagem que o homem se torna um ser social.

Sobre o desenvolvimento cognitivo e social do surdo, destacamos a seguinte fala da coordenadora,

Então a prioridade é que ele aprenda a língua dele, ele precisa se comunicar, ele precisa ser social, então é o que agente trabalha primeiramente, e consecutivamente vão ser trabalhados os conteúdos. (Jaqueline).

Já sabendo que, para o aluno surdo, o ensino-aprendizagem do Português só terá sentido se for ensinado como segunda língua faz se necessária um professor bilíngüe para que possa interagir e mediar o processo de ensino-aprendizagem,

Dessa forma, ele garantirá o que esta previsto no Decreto citado, em seu art.22,inc.I “Escolas e classes de educação bilíngüe, aberta a alunos surdos e ouvintes, com professores bilíngües...”(BRASIL,2005). Com base neste decreto foi perguntado se todos os professores da instituição são bilíngües e houve divergências nos relatos, destacamos as seguintes falas...

Aqui nesta instituição além de termos dois professores de Língua Portuguesa bilíngües têm também outros de outras disciplinas bilíngües. (João)

Sou bilíngüe, pois achava inaceitável ter alunos na minha sala, que eu não pudesse me comunicar, a partir daí fui buscar, mas não acho necessariamente que um professor para ser bilíngüe tenha que ter formação superior em Língua Portuguesa e Pro libras. (Maria)

Poucos bilíngües eu vejo aqui, alias aqui só tem mesmo dois, pois acredito que um professor para ser bilíngüe tem que ter formação em Língua Portuguesa e Libras, só assim este professor poderá aproximar ao máximo a Língua Portuguesa da Libras. (Jaqueline)

Sendo assim os dados obtidos por essa categoria nos levou a refletir a cerca de: Será que as práticas pedagógicas desenvolvidas no processo de educação dos surdos respeitam sua diferença lingüística? Espera-se que no futuro o professor regente seja ele de qualquer disciplina possa comunicar-se interagir com seu aluno, e possa tornar-se um professor bilíngüe.

Entendemos que cada individuo possui singularidades que lhes são únicas e que as escolas precisam se adequar a elas e estarem centradas em uma pedagogia que atenda a essas necessidades, partindo desse principio dentro da perspectiva inclusiva devemos estar atentos não só à aceitação de Libras (Língua Brasileira de Sinais) pela comunidade escolar, mas também estar atento às praticas pedagógicas. Observando a prática da professora Maria, com relação à avaliação, preparação dos planos de aula, relação professor-aluno, a questão da metodologia, percebemos que apesar de um envolvimento com a questão inclusiva, de possuir formação adequada para atuar, ficou evidente que a mesma não possui habilidades necessárias para atuar no processo de inclusão, pois a mesma age de forma tradicionalista, pois em sua prática na sala de aula fica evidente sua preocupação em passar somente o conteúdo sem ter a preocupação com as singularidades dos alunos, usando apenas uma metodologia expositiva sem haver interação com os alunos. Vale ressaltar que os surdos por não ouvirem têm os outros sentidos mais aguçados, o que permitiria a professora já detentora da cultura surda fazer usos de outros recursos para ministrar suas aulas.

Outro ponto a ser esclarecido é a questão da avaliação educacional para o aluno surdo. A avaliação por si só é um processo complexo e amplo no que envolve o ensino e aprendizagem, reconhecendo esta diferença temos o Decreto 5626/2005 em seu art.14, que garante esta avaliação diferenciada ao aluno surdo.

VI-adotar mecanismos de avaliação coerentes com aprendizado de segunda língua, na correção de provas escritas, valorizando o aspecto semântico e reconhecendo a singularidade lingüística manifestada no aspecto formal da Língua Portuguesa.

Perguntado a professora sobre como ocorre o processo de avaliação a mesma afirmou que “a prova é feita de forma diferenciada, tem o mesmo a, o mesmo b, mas há algumas adaptações como: figuras, radical das palavras, verbos no infinitivo para facilitar a compreensão deles”.

São adaptações simples, realizadas pelo professor no momento do planejamento de sua aula ou da suas ações com a turma. Não podemos nos esquecer que o individuo surdo precisa e tem direito a ter contato com a comunidade dos surdos para adquirir a linguagem através de uma interação social verdadeira.

Além disso, a uma necessidade de atenção especial para a prática do intérprete em sala de aula, de acordo com o Decreto 5.626 de 22 de Dezembro de 2005, art. 23, As instituições federais de ensino, de educação básica e superior, devem proporcionar aos alunos surdos os serviços de tradutor e intérprete de Libras-Língua Portuguesa em sala de aula e em outros espaços educacionais... E o art. 17 afirma que, a formação do tradutor intérprete de Libras-Língua Portuguesa deve efetivar se por meio de curso superior de tradução e interpretação, com habilitação em Libras-Língua Portuguesa. No Brasil a formação dos intérpretes vem se dando de maneira informal, isso ficou evidenciado nos relatos a seguir. “Minha formação de intérprete, foi em um curso para intérpretes de 80 horas oferecido pela Secretaria de Educação no IAT (Instituto Anísio Teixeira)” (João), “A educação especial no Brasil, especialmente na Bahia é defasada, a começar pela formação dos professores e não podemos nem culpa-los, pois eles não têm formação adequada” (Jaqueline). Tomando se em conta tudo que foi discutido aqui, vale ressaltar que a formação do intérprete vai além do conhecimento das línguas, deve ser uma formação plural e interdisciplinar, visando possibilitar maiores oportunidades de desenvolvimento à pessoa surda.

Quanto ao processo de interlocução entre os alunos surdos e os funcionários da escola, foi perguntado a merendeira e ao porteiro sobre como ocorre esse processo, já que eles são partes deste processo educacional do qual os surdos vivenciam, foi possível constatar divergências nos relatos, pois segundo eles,

“Quando comecei a trabalhar aqui, pelo fato da dificuldade de me comunicar com os surdos, foi aí que comecei a pesquisar, a fazer cursos aqui na escola e procurar me identificar com eles [...] no começo foi mais mímica, mas hoje já aprendi a Libras e já consigo me comunicar com os surdos”.
(Joana)

“Atualmente, a minha maior dificuldade em me comunicar com o aluno surdo é por não dominar a Libras, me comunico através de gestos, mímicas [...] apesar de a escola oferecer o curso não tenho tempo para me dispor, porque trabalho o dia todo”. (Otavio)

Assim, as respostas apontam que por mais que as leis amparem o processo inclusivo, não é o suficiente para que os surdos tenham a escola que precisam. Conforme o Decreto 5692 (BRASIL, 2005) fica evidenciado que as leis garantem a oferta de cursos, especialmente no art. 5, que garante que o estado deve apoiar, na comunidade escolar, o uso e a difusão de Libras entre professores, alunos, funcionários, direção da escola e familiares, inclusive por meio da oferta de cursos. Sendo assim vemos que não basta o que promulgam as leis vigentes, mais sim colaboração e esforço por parte de todos que atuam na área.

Conclui se que há ainda, grande distância na inclusão de alunos surdos, numa turma de ensino regular como é proposto pela Política Educacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, pois a proposta de inclusão do surdo no sistema regular de ensino não se adequa as reais necessidades dos surdos, pois ficou evidenciado nas observações e relatos dos entrevistados um desajuste entre as leis e a prática de inserção do surdo nas classes regulares, onde o aluno surdo é mais um a compor um lugar em sala de aula, em uma escola pensada por ouvintes e para ouvintes. Não estamos com isso afirmando que os surdos devam ficar a margens do sistema educacional ou se isolar, mas que lhe seja assegurada uma educação que contemple suas especificidades e sua cultura.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui se que há ainda grande distância na inclusão de alunos surdos, numa turma de ensino regular como é proposto pela Política Educacional de Educação Especial Inclusiva, pois a proposta de inclusão do surdo no sistema regular de ensino não se adéqua as reais necessidades dos surdos, pois ficou evidenciado nas observações e relatos dos entrevistados um desajuste entre as leis e a prática de inserção do surdo nas classes regulares, onde o aluno surdo é mais um a compor um lugar em sala de aula, em uma escola pensada por ouvintes e para ouvintes. Não estamos com isso afirmando que os surdos devam ficar a margens do sistema educacional ou se isolar, mas que lhe seja assegurada uma educação que contemple suas especificidades e sua cultura.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Edler. **Educação Inclusiva com os Pingos nos “IS”**. SP. Ed. Pa. Mediação, 2004.

RODRIGUES, David, etal. **Inclusão e Educação**. SP. Ed. Summus, 2006.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. RJ. Ed. Paz e Terra, 1987.

KOJIMA, Catarina; SEGALA, Sueli. **Libras Língua Brasileira de Sinais: A Imagem do Pensamento**. Volume 1. SP. Ed. Livros e Escala, 2008.

REGO, Teresa Cristina. **Uma perspectiva Histórico-Cultural da Educação**. 15ª Edição. Petropolis. Ed. Vozes, 2003.

LACERDA, Cristina B. Feitora. **Interprete de Libras, em atuação na Educação Infantil e no Ensino Fundamental**. Porto Alegre. Ed. Mediação, 2009.